

Governo recua na questão dos yanomami

Zenaide Azeredo

O governo recuou na sua decisão de firmar um acordo com os garimpeiros criando três áreas de garimpagem dentro da Floresta Nacional de Roraima, para onde seriam levados todos os grupos não-indígenas expulsos do Parque Yanomami, conforme determinação da Justiça.

Ontem, além de reafirmar que este acordo não existe, o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, garantiu que os garimpeiros não serão assentados nas regiões de Catrimane, Santa Rosa e Uraricoera, como previsto inicialmente pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos. Isso, conforme admitiu o próprio Tuma, porque contraria a liminar do juiz Novelty Vilanova determinando a interdição de 9,4 milhões de hectares, dentro das quais se inserem aquelas três novas reservas de garimpo.

Assim, segundo afirmou ontem o diretor-geral do DPF, a polícia cumprirá apenas sua missão de retirar os garimpeiros dentro das três etapas previstas — a partir do dia 17 até os próximos 90 dias —, levando-os porém para Boa Vista, onde já começam a chegar as primeiras levadas de garimpeiros.

Referindo-se a essa sua missão, Romeu Tuma, demonstrando nervosismo e contrariedade com o rumo dado à questão, observou: "Eu espero cumpri-la com o menor trauma possível, tanto que farei cem, duzentas, mil reuniões, viaja-

rei para onde for possível, vou para a mata, para a cidade, para hotel ou barraca, se for necessário, para que não haja trauma, violência ou agressão e haja respeito ao cidadão como ser humano".

Violência

O delegado deixou claro, porém, que, se preciso for, "se houver recalcitrantes e emprego de violência calculada", a Polícia Federal responderá em violência. "Só espero que, se houver alguma coisa mais grave no cumprimento da lei, eu seja protegido pelo ministério público", ironizou.

Neste sentido, Tuma não escondeu seu nervosismo com a situação criada e com a presença de "uma massa de garimpeiros, sem comida, em Boa Vista", revelando aos repórteres um telex por ele recebido do presidente da Associação Comercial de Roraima, Rubens da Silva Lima. Nesta mensagem, o comerciante pede que sejam enviadas a Boa Vista, com urgência, tropas federais do Exército, visando a garantir a segurança da população e do comércio, diante do afluxo inesperado de mais de mil garimpeiros, chegados do território dos yanomamis.

Lembrando que já havia feito previsões neste contexto, alertando para a necessidade de se definirem antes as áreas de garimpo, o diretor do DPF voltou a prevenir para a possibilidade de ocorrer distúrbios. "Só espero que o procurador me dê proteção", comentou ainda, referindo-se ao procurador Euge-

nio Guilherme Aragão, autor da petição onde é requerida a prisão em flagrante de Romeu Tuma, por crime de desobediência, previsto no Código Penal.

Inconformado

O diretor do DPF, que ontem viajou com Saulo Ramos para Belo Horizonte, não se conforma com os termos da petição do procurador, qualificados por Tuma como "indelicados". De qualquer forma, ele pretende encaminhar ao juiz da 7ª Vara da Justiça do DF, até segunda-feira, as explicações sobre a retirada dos garimpeiros do território yanomami, argumentando que não feriu a lei, pois nenhum garimpeiro foi assentado dentro dos nove milhões de hectares interditados pela Justiça. "O procurador se baseou nos jornais, ele não foi lá como eu e, apesar da propriedade da petição, os termos por ele usados foram estranhos e inexplicáveis", observou Tuma.

O procurador Eugenio Guilherme Aragão assim se referiu ao delegado Tuma, em sua petição: "da parte do sr. diretor-geral do DPF, todavia a situação se afigura mais grave: estaria ele, no efetivo descumprimento da ordem judicial que lhe foi diretamente dirigida, ao pretender poderes para negociar com os garimpeiros o que não é negociável... A partir disso, requereu fosse Tuma intimado, em 24 horas, a prestar contas em juízo do que vem fazendo para cumprir o que lhe foi conferido".

Venezuela vai atuar sozinha

Caracas — Um eventual acordo com as Forças Armadas do Brasil para o controle dos garimpeiros, que devastaram áreas florestais na fronteira da Venezuela, foi descartado ontem em Caracas pelo ministro venezuelano da Defesa, general-do-Ar Filmo Lopez Uzcategui. Lopez disse que seu país deseja que o Brasil tome medidas para evitar a entrada de seus garimpeiros na Venezuela.

O Governo brasileiro desativou no início da semana uma operação para retirar todos os garimpeiros de Roraima, na fronteira com os dois países, apesar das acusações de "genocídio" dos índios Yanomami, cuja reserva foi contaminada por mercúrio, metal utilizado na extração do ouro. O vice-chanceler brasileiro, Paulo Tarso Flecha de Lima, está sendo esperado na próxima terça-feira em Caracas para estudar com as autoridades venezuelanas as ações a serem realizadas por parte de cada país para conter a ação dos garimpeiros.

Lopez inaugurou um posto militar no início da semana em El Platanao, 100 km ao norte da fronteira com o Brasil, para impedir a entrada de garimpeiros em território venezuelano. Cerca de 3.500 brasileiros foram expulsos da Venezuela em maio de 1989, sob a acusação de provocarem danos ecológicos nas cabeceiras do Rio Orinoco.

Garimpo está sob interdição

Porto Velho — O garimpo de cassiterita do Bom Futuro, em (RN) Ariqueemes (RO), um dos maiores do mundo, a 198 quilômetros de Porto Velho, está novamente sob interdição judicial. O Tribunal de Justiça de Rondônia concedeu, no início da tarde de ontem liminar, ao mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público do Estado — através da Curadoria de Proteção ao Meio Ambiente — contra a reabertura do garimpo de terminada recentemente pelo juiz José Anastácio Ferreira, da comarca de Ariqueemes.

É a segunda vez, em menos de um mês, que o Garimpo do Bom Futuro sofre interdição judicial. A primeira, no dia 23 de dezembro passado, foi decidida pelo juiz Edson Inocêncio, da comarca de Ariqueemes, com base em ação cautelar promovida pela Curadoria de Proteção ao Meio Ambiente de Rondônia contra a empresa M.S. Mineração (subsidiária da Mineração Parapanema) e as demais pessoas jurídicas de direito privado e físicas que exploram a garimpagem de cassiterita na região.

A Curadoria explicou que a mineração causa danos ao meio ambiente e que a ação cautelar se seguiria à ação judicial principal, visando à reparação dos prejuízos ecológicos.

□ Inquérito

A Polícia Federal, após 10 meses de investigação, concluiu o mais volumoso inquérito sobre o crime organizado no Espírito Santo, com ramificação em outros estados e até na Bolívia, indiciando 31 pessoas. O inquérito teve início a partir da Operação Marselha, para apreensão de carros roubados. O processo está com o juiz Sérgio Mota Melo, de Madureira, Rio de Janeiro, a justiça carioca não decretou ainda a prisão preventiva dos envolvidos.

□ Tragédia

A falta de freios no microônibus da Polícia Militar, número de ordem 120062, ou a fechada de uma carreta são as prováveis causas do desastre ocorrido na manhã de ontem, no km 227 da rodovia Presidente Dutra, na des-

cida da Serra das Araras, em Pirai, Rio de Janeiro, quando o veículo que transportava 12 policiais militares despencou de um abismo de 500 metros aproximadamente de altura. No acidente morreram cinco policiais e os outros sete saíram feridos.

□ Coceira

O médico-chefe do Hospital Vital Brasil, do Instituto Butantã, João Luis Cardoso, está tomando cortisona há vários dias e mesmo assim não consegue parar de coçar a barriga. Ele foi afetado gravemente pela borboleta da coceira, que está atacando em Bertoga, quando foi ao litoral juntamente para investigar o problema, depois que cinco pessoas cobertas por granulomas provocados pela pelagem urticante da mariposa tiveram que ser atendidas no hospital.



Tuma persiste em resolver a questão do garimpo sem violência

Garimpeiros pedem prazo

Boa Vista — Cerca de cinco mil garimpeiros estão reivindicando um prazo de 60 dias para deixar a região garimpeira do alto do Macajai, na Reserva Yanomami, situada próxima à pista do Jeremias. Muitos garimpeiros já começaram a sair da região. Outros, no entanto, estão entrando para as matas mais fechadas procurando um novo rancho.

No garimpo do Macajai, cuja pista é de propriedade do garimpeiro Lauro, já está faltando óleo diesel para as máquinas funcionarem e as bombas operarem nos barrancos dos riachos. Com isto a maioria dos garimpeiros da região diz que está disposta a sair da área, para cumprir sua parte no acordo firmado entre o Ibama, Funai, acompanhado pela Polícia Federal e o governo de Roraima.

A fiscalização exercida pela Polícia Federal no Aeroporto de Boa Vista para a região do Alto Macajai tem surtido o efeito esperado — o combustível para os aviões está bastante racionado na pista Jeremias. Os garimpeiros alegam que o prazo de retirada de 60 dias é para

poderem transportar seus pertences para uma das três áreas em que, a princípio, o Governo Federal permitirá seu assentamento, na floresta nacional. As dragas são equipamentos muito pesados.

Defesa

O presidente da Usagal, Altino Machado, defendeu ontem o delegado Romeu Tuma, que, segundo ele não fez acordos, mas apenas executou um plano para liberação das áreas Yanomami, sem o uso da violência.

"A polícia não faz acordos, cumpre ordens" — essa frase teria sido dita pelo diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, durante a reunião que terminou com elaboração de acordo entre o Ibama, a Funai e as lideranças garimpeiras para a retirada de 20 mil homens da reserva Yanomami. Tuma seguiu a orientação do ministro da Justiça, Saulo Ramos, e como a liminar da justiça, prevê a expulsão dos garimpeiros também das áreas da floresta nacional, que a Funai também quer ver reconhecidas como de posse indígena.

Juíza interdita estrada

A juíza federal da 4ª vara Helena Maria de Almeida determinou ontem a interdição imediata da estrada construída pela Mineradora Parapanema S/A, que atravessa 38 quilômetros dentro da reserva indígena Waimiri-Atroari, no Amazonas. Determinou, também, a mesma juíza, deferindo liminar do Ministério Público, que a subsidiária da Parapanema — Timbó-Indústria de Mineração Ltda "interrompa imediatamente a utilização daquela estrada, sob pena de multa diária de 1.000 BTNs".

A medida liminar foi pedida pelo subprocurador da República Victor Muzzi, que alega ter sido a estrada construída para agilizar as atividades de extração de cassiterita da Timbó. Segundo alegou a juíza "a Amazônia, para se desenvolver não necessita desrespeitar o direito de sobrevivência dos Waimiri-Atroari e as normas constitucionais", alegando ainda: "O sentido econômico do empreendimento das rés não justifica a ilegalidade do objeto do contrato". (Z.A.)

Saulo defende a operação

Belo Horizonte — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, afirmou ontem que a extensão da polémica criada, no Brasil e no exterior, com a decisão do Governo Federal de retirar cerca de 40 mil garimpeiros que ocupam ilegalmente as reservas dos índios yanomamis, em Rondônia, "é resultado de uma série de injunções secretas, a maioria delas de caráter internacional". Para o ministro, as atividades de garimpagem, no Brasil, "contrariam muitos interesses, especialmente da África do Sul e da União Soviética", países que, conforme assinalou, "possuem grande poderio para a formação de lobbies publicitários, quando se sentem afetados em nível econômico ou ideológico".

Saulo Ramos, que veio a Belo Horizonte participar da solenidade de encerramento da Primeira Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), acrescentou que a operação de campo "habilitamente dirigida" pelo chefe da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, "está plenamente correta, em todos os sentidos". Disse que o grande acerto, por parte do governo, foi estabelecer uma planificação para a localização futura dos garimpeiros em áreas demarcadas para este tipo específico de atividade.

Boa Vista tem leis próprias

Boa Vista — O cruzado novo — moeda mais uma vez ameaçada de extinção para dar lugar a uma nova — já não tem valor nenhum em Boa Vista, cidade que esta semana ganhou notoriedade por ser palco de uma disputa entre os garimpeiros e a União, com os primeiros querendo continuar tirando ouro da terra e dos rios e com o Estado enfrentando dificuldades para retirá-los da área, habitada por índios Yanomami. No aeroporto o referencial para uma corrida até o hotel é o grama de ouro.

Mas não é só isso. Fora desse percurso os táxis rodam sem seguir o preço da corrida pela UT (Unidade Taximétrica), dependendo do lugar para onde desejar ir ou freguês. Uma passagem de ônibus é estrategicamente calculada em NCz\$ 4,10, somente para que o troco seja dificultado ao passageiro, acaba custando NCz\$ 4,50.

Uma cidade que vive às custas de clínicas particulares, pois o único hospital estadual da cidade, o Coronel Mota, não consegue atender aos males menores da população, e onde uma consulta custa mais de NCz\$ 3 mil. Isto é Boa Vista, onde a moeda que fala mais alto é o ouro.

Incauto

Devido aos garimpos existentes na região central, norte e oeste de Roraima, a cidade, com 150 mil habitantes, utiliza como moeda o grama de ouro. Assim, se os garimpeiros impulsivaram a economia estadual, ao mesmo tempo fizeram com que os preços das mercadorias subissem quase na mesma proporção. É como se existisse um mercado de preços paralelos vinculados ao ouro — e quem mais perde com isso é o próprio garimpeiro, além de todos os habitantes da cidade. Se os produtos já são caros na cidade, no garimpo dobram de preço, como tudo na região.

É assim caminha Boa Vista: com os passos generosos de uma economia movida a ouro. Logicamente, o que é tabelado não se mexe. Mas é a cotação do ouro que está em NCz\$ 320,00 o grama. É comum na cidade ver algum motorista dar seu preço da seguinte forma:

— Até o aeroporto, senhor, é meio grama.

Assim, o incauto visitante terá de desembolsar seus NCz\$ 160,00 e ainda aguentar a gozação do motorista: —

— É, doutor, isto é terra para garimpeiros viverem.

Goianá

Mais de cem garimpeiros participaram ontem de uma passeata de protesto, no município goiano de Faina, a 225 quilômetros de Goiânia, contra a decisão da Justiça do Estado de obrigá-los a fechar os garimpos de ouro das bacias dos rios Vermelho, Peixe, Praia, Itapira e seus afluentes.

Alves transmite seu apoio à PF

O ministro do Interior, João Alves, telefonou ontem ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, para manifestar seu apoio às ações da PF em relação a retirada dos garimpeiros. Segundo João Alves, o diretor da PF tem agido bem e não deveria ser ameaçado de prisão.

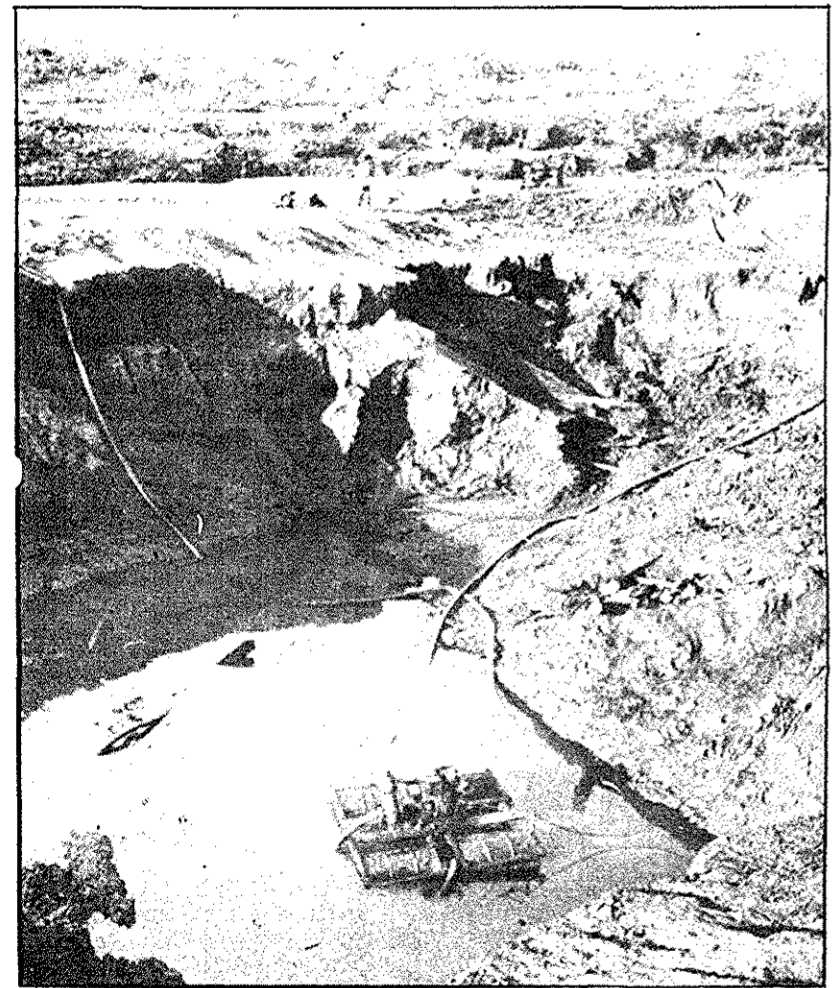
"Tanto a Polícia Federal quanto a Funai, tem trabalhado na retirada dos garimpeiros. A lei diz que não pode haver garimpo em área indígena e um País vive de cumprir as leis. Caso contrário, é o caos. Não existe outra alternativa", afirmou ele.

Problemas

O ministro do Interior afirmou ainda que a presença dos garimpeiros em área indígena causa problemas de toda a ordem — prejudica a saúde dos índios, descaracteriza a cultura das tribos, polui os rios com mercúrio e devasta áreas de floresta. Na opinião de Alves, a função do Estado no caso dos Yanomami é tentar preservar as características dessa nação indígena, uma das mais primitivas do País.

João Alves defendeu ainda a retirada dos garimpeiros de áreas próximas às atuais reservas Yanomami, já demarcadas. Para o ministro, não adianta deixar os garimpeiros ao lado das aldeias porque isso também geraria problemas.

Jorge Cardoso



A atividade dos garimpeiros vem depredando o meio ambiente



Sena atrai os apostadores

Em Brasília (foto), como em todo o país, uma verdadeira febre tomou conta dos apostadores, com a possibilidade de que a sena princi-

pal pague um prêmio de NCz\$ 40 milhões. Acumulada pela terceira vez, a sena dominou a atenção do público, com pouca gente se preocupando em jogar na Loto ou na Loteria Esportiva. No rio, o movimento de apostas ficou quatro vezes maior e milhares de pessoas

formaram longas filas em várias lojas da cidade. Muitos preferiam comprar jogos já prontos ou programados por computador para não perderem tempo na espera.

Em Recife, a sena fez com que as casas de apostas triplicassem o movimento.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 018/90-CPL/PRESMAT, PARA AQUISIÇÃO DE BRITA Nº 01 e PEDRISCO LIMPO, DESTINADO À SECOV/DIPAVI/DEUR/DU.

Chamamos a atenção das firmas interessadas para a licitação referente a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 09:00 horas do dia 30 de janeiro de 1990, na sala de licitação, no Edifício Sede da NOVACAP, situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", em Brasília - Distrito Federal.

Os Editais encontram-se à disposição dos interessados na CPL.

Brasília, 11 de janeiro de 1990.

ENGº MARCIO ANTONIO PATELLO SALDANHA Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO - COMUNIDADE